



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria Legislativa



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1 /2015

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 09 FEV. 2015

[Assinatura]
1º Secretário

Cria no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná a Ouvidoria-Geral e dá outras providências.

Art. 1º É criada a Ouvidoria-Geral da Assembleia Legislativa, vinculada à Comissão Executiva.

Art. 2º Compete à Ouvidoria-Geral da Assembleia Legislativa:

I - receber, examinar e propor à Comissão Executiva o encaminhamento de informações, sugestões, denúncias, críticas, elogios e representações de pessoas físicas e jurídicas a respeito do funcionamento dos serviços legislativos ou administrativos da Assembleia Legislativa aos seus órgãos operacionais;

II - sugerir à Comissão Executiva medidas para sanear violações de direitos, ilegalidades ou abusos de poder;

III - propor à Comissão Executiva medidas necessárias à regularização dos trabalhos legislativos e administrativos, bem como ao aperfeiçoamento da organização da Assembleia Legislativa;

IV - encaminhar à Comissão Executiva denúncias que necessitem de maior esclarecimento junto ao Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público ou outro órgão competente;

V - responder, mediante autorização da Comissão Executiva, aos cidadãos e às entidades quanto às providências tomadas pela Assembleia Legislativa sobre procedimentos legislativos e administrativos de interesse dos mesmos;

VI - propor à Comissão Executiva audiências públicas com segmentos da sociedade;

VII - encaminhar, mediante autorização da Comissão Executiva, aos outros Poderes do Estado e ao Ministério Público reclamações ou representações de pessoas físicas ou jurídicas a fim de que tomem conhecimento e se manifestem a respeito;

VIII - manter contato com outras Ouvidorias e entidades representativas da sociedade com vistas ao aprimoramento dos serviços e do exercício da cidadania;

IX - resguardar o sigilo das informações.

[Assinaturas]



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná Diretoria Legislativa



Art. 3º É dever da Ouvidoria-Geral produzir relatório semestral com estatística indicativa de nível de satisfação dos usuários dos serviços públicos prestados no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 4º A Ouvidoria-Geral da Assembleia Legislativa é composta de um Ouvidor-Geral, função a ser exercida por servidor comissionado nomeado pela Comissão Executiva.


Art. 5º Para a consecução de suas atividades, o Ouvidor-Geral, mediante autorização da Comissão Executiva, poderá solicitar o auxílio das seguintes estruturas:

- I - Diretoria Legislativa, que centralizará as informações oriundas das Comissões Permanentes e Temporárias e auxiliará nos assuntos atinentes aos processos legislativos;
- II - Diretoria Geral, referente aos atos e procedimentos administrativos; e
- III - Procuradoria Geral, que auxiliará com informações relativas às suas competências.


Art. 6º A Comissão Executiva assegurará à Ouvidoria-Geral da Assembleia Legislativa apoio físico, técnico e administrativo necessários ao desempenho de suas atividades.

Art. 7º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 9 de fevereiro de 2015.


Deputado ADEMAR LUIZ TRAIANO
Presidente


Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário


Deputado ADEMIR BIER
2º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria Legislativa



JUSTIFICATIVA

Justifica-se a presente proposição tendo em vista a necessidade de criar no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná a figura do Ouvidor-Geral, com o objetivo de aproximar cada vez mais o cidadão do Poder Legislativo.

A transparência pública de que atualmente se reveste a Assembleia Legislativa cada vez mais exige sua atuação no sentido de aumentar a participação da sociedade no controle e fiscalização da atividade pública desempenhada pelo Poder Legislativo, mesmo porque a participação do cidadão é o estímulo necessário que impulsiona esta Casa de Leis a se empenhar no aprimoramento da qualidade e eficiência de suas atividades.

Dessa maneira, a figura do Ouvidor seria responsável por receber, examinar e encaminhar denúncias, reclamações, elogios, sugestões e pedidos de informação referentes a procedimentos e ações desempenhadas pela Assembleia Legislativa.

Certos de que a nova estrutura trará grandes avanços ao Legislativo do nosso Estado, apresentamos o presente projeto e contamos com o apoio dos demais parlamentares.

Prauth



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
sobre o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº
01, de 2015, que *Cria no âmbito da Assembleia
Legislativa do Estado do Paraná a Ouvidoria-
Geral e dá outras providências.*

I. Relatório

Submete-se ao exame desta Comissão o PDL nº 01, de 2015, de autoria da Comissão Executiva, objetivando criar no âmbito desta Assembleia Legislativa a Ouvidoria-Geral.

Até o momento não há emendas apresentadas ao PDL, e uma vez vindo a esta Comissão fora designado o Parlamentar que ora subscreve como relator da matéria.

É O RELATÓRIO.

ii. Fundamentação e voto.

Nos termos do artigo 33-A¹ do RIALEP compete a esta Comissão de Constituição e Justiça emitir parecer acerca da constitucionalidade (formal e material), legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, das proposições em trâmite perante esta e.Casa Legislativa.²

¹ Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

² Sobre o Controle de constitucionalidade prévio realizado por esta Comissão de Constituição e Justiça V. LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012, o qual menciona em síntese que a Comissão de Constituição e Justiça cumpre o papel de realizar o controle de constitucionalidade preventivo, próprio do nosso sistema, cuja importância remonta aos princípios basilares do Estado de Direito, pois é através dele que se evitam as arbitrariedades contra os cidadãos e se colocam limites ao poder estatal. Concluindo que 'O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua inconstitucionalidade'.



Em relação aos proponentes, inegavelmente, são legítimos para apresentar Projetos de Decretos Legislativos conforme se verifica na Constituição Estadual (art. 65³) e no próprio Regimento Interno desta Casa Legislativa (art. 124⁴).

Neste ponto, entendo necessário esclarecer que o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná determina em seu artigo 117 que proposição é toda matéria sujeita à deliberação desta Assembleia e consistem em projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos:

"Art. 117 Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembleia, que será recebida pela Mesa, numerada, datada, despachada às comissões competentes e publicada no Diário da Assembleia e em avulsos, para serem distribuídas aos Deputados, às Lideranças e às comissões.

§ 1º As proposições poderão consistir de projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos."

Com efeito, o Regimento Interno, ao regulamentar as hipóteses para elaboração do Decreto Legislativo, menciona, em seu art. 121, §3º:

"Art. 121 A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de Projetos de Lei, de Resoluções ou de Decretos Legislativos:

(...)

§ 3º Os projetos de Decreto Legislativo destinam-se a regulamentar as matérias de competência, exclusiva da Assembleia, que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução tais como:

(...)

X - dar autorização para matérias que exigem a manifestação da Assembleia Legislativa, em obediência aos preceitos constitucionais e legais."

Neste sentido, insta ainda mencionar o artigo 54, inciso III, da Constituição Estadual que dispõe acerca do Decreto Legislativo e as matérias a ele afetas, senão vejamos:

"Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:

I - plano plurianual e orçamentos anuais;

³ Art. 65. [CE] A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.(grifo meu)

⁴ Art. 124. [RI/AL-PR] A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.(grifo meu)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



- II - diretrizes orçamentárias;
- III - tributos, arrecadação e distribuição de rendas; [...]

Assim, a forma eleita para legislar acerca da matéria é escoreita, não se vislumbrando qualquer vício formal no PDL ora analisado.

Quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01. Ainda, o PL coaduna com o que determina a Lei Complementar Estadual nº 176 de 11 de julho de 2014.

Ainda, não obstante também não vislumbrar qualquer vício material no PDL, entendo a necessidade de emendá-lo tão somente para adequar a redação empregada à atual estrutura desta e.Casa Legislativa.

Destarte, com fundamento no artigo 137, §2º do RIALEP, apresento o incluso substitutivo geral, com o objetivo apenas de aprimorar a redação da proposição, não alterando a sua essência.

Assim, voto pela aprovação do PDL na forma do substitutivo feral ora apresentado.

É O VOTO.

iii. Conclusão

Ante o exposto, concluo pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Decreto Legislativo nº 01, de 2015, **NA FORMA DO SEGUINTE SUBSTITUIVO GERAL.**

SUBSTITUTIVO GERAL AO PDL Nº 01, DE 2015

Cria no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná a Ouvidoria-Geral e dá outras providências.

Art. 1º É criada a Ouvidoria-Geral da Assembleia Legislativa, vinculada à Comissão Executiva.



Art. 2º Compete à Ouvidoria-Geral da Assembleia Legislativa:

I - receber, examinar e propor à Diretoria Geral o encaminhamento de informações, sugestões, críticas, elogios e representações de pessoas físicas e jurídicas a respeito do funcionamento dos serviços legislativos ou administrativos da Assembleia Legislativa aos seus órgãos operacionais;

II - propor à Diretoria Geral medidas necessárias à regularização dos trabalhos legislativos e administrativos, bem como ao aperfeiçoamento da organização da Assembleia Legislativa;

III - propor à Diretoria Geral audiências públicas com segmentos da sociedade;

IV - manter contato com outras Ouvidorias e entidades representativas da sociedade com vistas ao aprimoramento dos serviços e do exercício da cidadania;

V - resguardar o sigilo das informações.

Art. 3º É dever da Ouvidoria-Geral produzir relatório semestral com estatística indicativa de nível de satisfação dos usuários dos serviços públicos prestados no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 4º A Ouvidoria-Geral da Assembleia Legislativa é composta de um Ouvidor-Geral, função a ser exercida por servidor comissionado nomeado pela Comissão Executiva.

Art. 5º Para a consecução de suas atividades, o Ouvidor-Geral, mediante autorização da Diretoria Geral, poderá solicitar o auxílio das diretorias da Assembleia.

Art. 6º Fica assegurado à Ouvidoria-Geral da Assembleia Legislativa o apoio necessário ao desempenho de suas atividades.

Art. 7º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Comissões, em 24 de fevereiro de 2015.

Assinatura
Assinatura

APROVADO

23.02.15

Assinatura

Francischini

Assinatura

Assinatura

Assinatura
Dep. PEDRO LUPION
Relator

Assinatura
Dep. NELSON JUSTUS
Presidente da CCJ

Assinatura
Pastor

VETO TOTAL 10/14

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências

Em, 15/12/2014

Presidente



Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 384/2014-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 356/2013, por considerá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo vedar o repasse de verbas oriundas de convênios do Governo Estadual destinadas a programas de proteção e defesa ao meio ambiente aos municípios que não possuem um Conselho Municipal de Proteção e Defesa aos Direitos dos Animais.

A possibilidade de vedar o repasse de recursos ou transferências voluntárias do Estado aos Municípios não parece adequada, pois abarca repasses previstos em convênio de responsabilidade do Estado. Inobstante, a vedação supracitada abrange todos os recursos destinados a programas de proteção e defesa ao meio ambiente, quando deveria ser só para os destinados à Proteção e Defesa dos Direitos dos Animais.

Diante disso, é imperioso ressaltar que o conceito de Meio Ambiente é muito mais abrangente do que a mera proteção e defesa dos direitos dos animais. É o que se verifica no art. 207, da Constituição Estadual, *in verbis*:

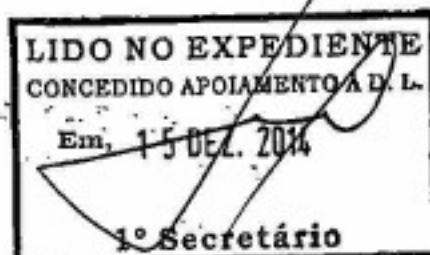
Art. 207. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Estado, aos Municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presente e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais.

§ 1º. Cabe ao Poder Público, na forma da lei, para assegurar a efetividade deste direito:

I - estabelecer, com a colaboração de representantes de entidades ecológicas, de trabalhadores, de empresários e das universidades, a política estadual do meio ambiente e instituir o sistema respectivo constituído pelos órgãos do Estado, dos Municípios e do Ministério Público;

II - atribuir, ao órgão responsável pela coordenação do sistema, a execução e fiscalização da política e a gerência do fundo estadual do meio ambiente;

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot.nº 12.116.342-0



III - determinar que o fundo estadual do meio ambiente receba, além dos recursos orçamentários próprios, o produto das multas por infrações às normas ambientais;

IV - instituir as áreas a serem abrangidas por zoneamento ecológico, prevendo as formas de utilização dos recursos naturais e a destinação de áreas de preservação ambiental e de proteção de ecossistemas essenciais;

V - exigir a realização de estudo prévio de impacto ambiental para a construção, instalação, reforma, recuperação, ampliação e operação de atividades ou obras potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente, do qual se dará publicidade;

VI - exigir a análise de risco para o desenvolvimento de pesquisas, difusão e implantação de tecnologia potencialmente perigosa;

VII - determinar àquele que explorar recursos minerais a obrigação de recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente;

VIII - regulamentar e controlar a produção, a comercialização, as técnicas e os métodos de manejo e utilização das substâncias que comportem risco para a vida e para o meio ambiente, em especial agrotóxicos, biocidas, anabolizantes, produtos nocivos em geral e resíduos nucleares;

IX - informar à população sobre os níveis de poluição e situações de risco e desequilíbrio ecológico;

X - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

XI - incentivar a solução de problemas comuns relativos ao meio ambiente, mediante celebração de acordos, convênios e consórcios, em especial para a reciclagem de resíduos;

XII - promover o controle, especialmente preventivo, das cheias, da erosão urbana, periurbana e rural e a orientação para o uso do solo;

XIII - autorizar a exploração dos remanescentes de florestas nativas do Estado somente através de técnicas de manejo, excetuadas as áreas de preservação permanente;

XIV - proteger a fauna, em especial as espécies raras e ameaçadas de extinção, vedadas as práticas que coloquem em risco a sua função ecológica ou submetam os animais à crueldade;

XV - proteger o patrimônio de reconhecido valor cultural, artístico, histórico, estético, faunístico, paisagístico, arqueológico, turístico, paleontológico, ecológico, espeleológico e científico paranaense, prevendo sua utilização em condições que assegurem a sua conservação;

XVI - monitorar atividades utilizadoras de tecnologia nuclear em quaisquer de suas formas, controlando o uso, armazenagem, transporte e destinação de resíduos, garantindo medidas de proteção às populações envolvidas;

XVII - estabelecer aos que, de qualquer forma, utilizem economicamente matéria-prima florestal, a obrigatoriedade, direta ou indireta, de sua reposição;

XVIII - incentivar as atividades privadas de conservação ambiental;
XIX - declarar, como área de preservação permanente, o remanescente das matas ciliares dos mananciais de bacias hidrográficas que abastecem os centros urbanos.

Deste modo, caso o Projeto de Lei em exame fosse sancionado, os Municípios que não criarem o Conselho de Proteção e Defesa aos Direitos dos Animais deixarão de receber verbas não só para este fim, mas também para diversos fins a que se prestam as verbas destinadas à proteção do Meio Ambiente.

No mesmo sentido foi acostado ao protocolado nº 12.116.342-0, através do qual foi analisado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, Parecer elaborado pela Assessoria Jurídica daquela Pasta em que foi apresentada a seguinte conclusão:

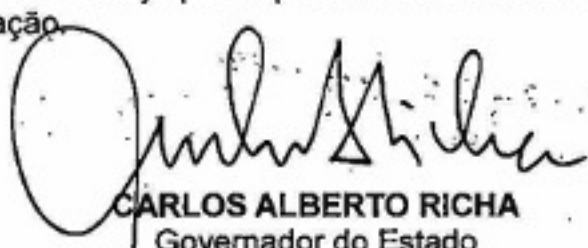
"É salutar que os Municípios possam criar seus Conselhos e venham integrar-se a Rede Estadual de Proteção Nativa; mas não ditado por norma que os obrigue." (sic)

Deste modo e considerando os argumentos dispendidos acima, bem como a análise técnica do órgão acima mencionado, e em um primeiro momento, em que pese a importância do tema abordado no novel Projeto de Lei, vislumbra-se a contrariedade ao interesse público posto que prejudicaria as políticas públicas de auxílio aos Municípios do Estado do Paraná nas questões concernentes ao Meio Ambiente.

Ante o exposto, e tendo em vista as considerações acima expendidas e com fulcro no art. 87, VII da Constituição Estadual veto integralmente do Projeto de Lei nº 356/2013, por considerá-lo contrário ao interesse público.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
sobre a proposição de veto nº 10, de 2014, de
autoria do Poder Executivo que *veta o Projeto de
Lei nº 356/2013, de autoria do Deputado Anibelli
Neto, que obriga os municípios paranaense a
criar Conselhos Municipais de Proteção e Defesa
dos Direitos dos animais.*

i. Relatório

Submete-se ao exame desta Comissão a proposição de veto nº 10, de 2015, acerca do Projeto de Lei nº 356, de 2013, de autoria do Deputado Anibelli Neto, que obriga os Municípios Paranaenses a Criar Conselhos Municipais de Proteção e Defesa aos Direitos dos Animais, restou vetado pelo Senhor Governador do Estado, pelo uso das atribuições previstas no artigo 71, §1º da Constituição Federal Brasileira.



ii. Fundamentação e voto

Nos termos do artigo 33-A¹ do RIALEP compete a esta Comissão de Constituição e Justiça emitir parecer acerca da constitucionalidade (formal e material), legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, das proposições em trâmite perante esta e Casa Legislativa.²

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 356/2013 foi enviado à sanção e recebido pelo Poder Executivo em data de 09 de dezembro de 2014, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 10/2014, foi exarada em data de 18 de novembro de 2014, sendo desta maneira tempestivo.

¹ Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

² Sobre o Controle de constitucionalidade prévio realizado por esta Comissão de Constituição e Justiça V. LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª. Ed. rev. atual, e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012, o qual menciona em síntese que a Comissão de Constituição e Justiça cumpre o papel de realizar o controle de constitucionalidade preventivo, próprio do nosso sistema, cuja importância remonta aos princípios basilares do Estado de Direito, pois é através dele que se evitam as arbitrariedades contra os cidadãos e se colocam limites ao poder estatal. Concluindo que 'O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua inconstitucionalidade'.

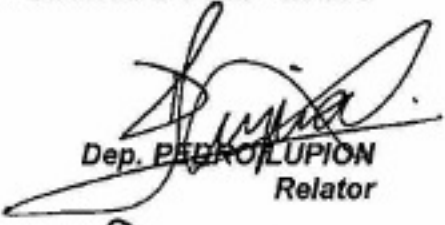



Destarte, dentro dos limites da competência desta Comissão em relação a matéria analisada, verifica-se que o veto é tempestivo, observando-se os prazos legais, e portanto deve ser levado para a apreciação dos Parlamentares, em plenário.

CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, em 24 de fevereiro de 2015.


Dep. PEDRO LUPION
Relator


Dep. NELSON JUSTUS
Presidente da CCJ




APROVADO

24.02.15



Projeto de Lei nº 356/2013
(Autoria do Deputado Anibelli Neto)

Impedimento do repasse de verbas oriundas de convênios destinados à proteção e defesa ao meio ambiente aos municípios que não possuem um Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Direitos dos Animais.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º Veda o repasse de verbas oriundas de convênios do Governo Estadual destinadas a programas de proteção e defesa ao meio ambiente aos municípios que não possuem um Conselho Municipal de Proteção e Defesa aos Direitos dos Animais.

Art. 2º Os conselhos de que trata o art. 1º desta Lei serão vinculados às Secretarias Municipais de Saúde, Educação ou Meio Ambiente, com o objetivo de buscar as condições necessárias para garantir a defesa, a proteção, a preservação da vida, da dignidade e dos direitos dos animais nativos, exóticos, selvagens ou domésticos, propondo acompanhamento e promovendo a execução de políticas públicas que levem à convivência harmoniosa entre a espécie humana e as demais espécies animais.

Parágrafo único. Qualquer cidadão poderá integrar os Conselhos Municipais de Proteção e Defesa aos Direitos dos Animais, sendo que a composição, forma de eleição e as competências adicionais dos Conselhos de cada município deverão ser previstos em regulamento específico.

Art. 3º Os conselhos de que trata o art. 1º desta Lei deverão ter atuação voltada à educação e conscientização da população com relação à defesa dos animais, seus cuidados e direitos, devendo para tanto exercer, além das prerrogativas definidas em norma municipal, as seguintes atribuições:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 356/2013

fls.2



I – acompanhar a aplicação e fiscalizar a utilização de recursos financeiros destinados ao exercício de atividades relacionadas à defesa dos direitos dos animais, no sentido de que suas ações proporcionem desempenho efetivo e com alto grau de aproveitamento dos programas;

II – articular a integração das instituições públicas e privadas nas ações de conscientização, proteção e defesa dos direitos dos animais, promovendo contatos com instituições, entidades privadas e organizações afins, responsáveis por ações ligadas ao assunto;

III – receber denúncias de maus-tratos aos animais, encaminhá-las aos órgãos responsáveis e tomar as providências necessárias para que o infrator responda pelo ato praticado;

IV – participar e acompanhar a organização de campanhas de vacinação e castração em massa;

V – desenvolver propostas de ações voltadas ao desenvolvimento de programas relativos ao assunto, a serem apresentadas à Secretaria Municipal a que são vinculados;

VI – solicitar aos órgãos competentes todas as informações que julguem necessárias, em especial as de caráter técnico administrativo, financeiro, orçamentário, operacional e relativo a recursos humanos, convênios, contratos e termos aditivos de direito público, que digam respeito à estrutura e pleno funcionamento dos órgãos e programas públicos que objetivem a proteção e defesa dos direitos dos animais.

Art. 4º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei para seu fiel cumprimento.

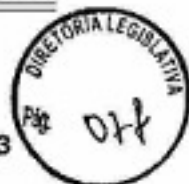


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 356/2013

fls.3



Art. 5º Esta Lei entra em vigor depois de decorrido um ano da data de sua publicação, ficando tal período destinado à implantação dos Conselhos por parte das Prefeituras.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 18 de novembro de 2014.


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente


Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário


Deputado ADEMIR BIER
2º Secretário



I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em, 15/12/2014

Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 397/2014-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 393/2014, por considerá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo alterar a Lei nº 9.107, de 30 de outubro de 1989, que declarou de utilidade pública a Associação de Amparo aos Idosos de Foz do Iguaçu e autorizou o Poder Executivo a doar, à Fundação das Pioneiras Sociais, uma área de terreno com 53.352,10m², no Bairro Cajuru, no município de Curitiba, constante do Lote "E", de propriedade da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR, conforme transcrição sob nº 32.747 e respectivas averbações, no Livro 3/M do Cartório de Registro de Imóveis da 3ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Ocorre que, conforme a Informação nº 127/2014, prestada pela Coordenadoria do Patrimônio do Estado, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, a Fundação das Pioneiras Sociais foi extinta por meio da Lei Federal nº 8.246, de 22 de outubro de 1991, que em seu lugar instituiu o Serviço Social Autônomo das Pioneiras Sociais, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, de interesse coletivo e utilidade pública, com o objetivo de prestar assistência médica qualificada e gratuita a todos os níveis da população e de desenvolver atividades educacionais e de pesquisa no campo da saúde, em cooperação com o Poder Público.

O imóvel que lhe havia sido doado foi revertido a União Federal, em 30 de janeiro de 1995.

Ante o exposto, e tendo em vista as considerações acima expendidas, e com fulcro no art. 87, VII da Constituição Estadual, veto integralmente o Projeto de Lei nº 393/2014, em razão da falta de interesse público.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

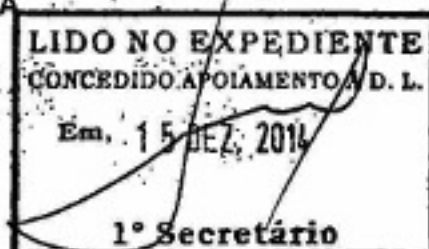
Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICH

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot.nº 13.330.722-2





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 11/2014

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 11/2014
AUTOR: PODER EXECUTIVO

SÚMULA: Veta o Projeto de Lei nº 393/2014, de autoria dos Deputados Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Tercílio Turini e Deputada Cantora Mara Lima, que altera a Lei nº 9.107, de 30 de outubro de 1989, que concedeu Título de Utilidade Pública e autorizou a doação de imóvel.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CF. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei nº 393/2014, de autoria dos Deputados Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Tercílio Turini e Deputada Cantora Mara Lima, que altera a Lei nº 9.107, de 30 de outubro de 1989, que concedeu Título de Utilidade Pública e autorizou a doação de imóvel, restou vetado pelo Senhor Governador do Estado, pelo uso das atribuições previstas no artigo 71, §1º da Constituição Federal Brasileira.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, Inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 393/2014 foi enviado à sanção em data de 24 de novembro de 2014, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 14/2014, foi exarada em data de 09 de dezembro de 2014, sendo desta maneira tempestivo.

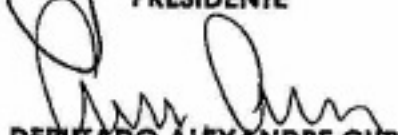
Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.

CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 24 de Fevereiro de 2015.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR



APROVADO

23.02.15



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº 393/2014

(Autoria dos Deputados Tadeu Veneri, Pedro Lupion,
Andre Bueno, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini)

Alteração da Lei nº 9.107, de 30 de outubro de 1989, de
concessão de Título de Utilidade Pública.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 9.107, de 30 de outubro de 1989, passa a
vigorar com a seguinte redação:

"Autorização ao Poder Executivo a
doar à Fundação das Pioneiras
Sociais o imóvel que especifica.

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a doar à Fundação das
Pioneiras Sociais, instituída pela Lei Federal nº 3.736, de 22 de
março de 1960, área de terreno com 53.352,10m², no Bairro
Cajuru, Município de Curitiba, constante do Lote "E", de
propriedade da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR,
conforme transcrição sob o nº 32.747 e respectivas averbações,
no Livro 3/M, do Cartório de Registro de Imóveis da 3ª
Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Parágrafo único. O lote de terreno de que trata o *caput* deste
artigo fica gravado com cláusula de inalienabilidade e
impenhorabilidade e será exclusivamente destinado à
implantação do Hospital Geral do Aparelho Locomotor,
revertendo automaticamente ao patrimônio do Estado em caso
de destinação diversa.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga a Lei nº 8.778, de 23 de maio de 1988, que
autorizou o Poder Executivo a doar ao Município de Curitiba a
área de terreno que especifica, destinado à implantação do
Hospital Geral Aparelho Locomotor."



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná 05

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

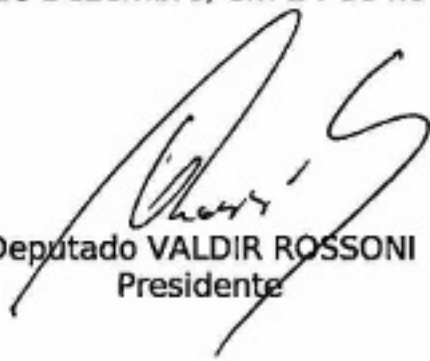
Projeto de Lei nº 393/2014

fls.2



Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 24 de novembro de 2014.


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente


Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário


Deputado ADEMIR BIER
2º Secretário